

<http://dx.doi.org/10.21714/19-82-25372018v12n1p129132>

Ricardo Lebbos Favoretto

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Estadual de Londrina
ricardo.favoretto@hotmail.com

Arnaldo José França Mazzei Nogueira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade de São Paulo
ajmazzeinogueira@gmail.com

recebido em 26 de fevereiro de 2018
aprovado em 16 de abril de 2018

Resenha de Livro

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** Imperatriz: Ética, 2016. 144 p.
ISBN 978-85-88172-50-0

A recente edição revista e atualizada de “O que é poder local?”, lançada em 2016 pela editora Ética, é mais uma mostra do vanguardismo que assinala o pensamento dowborniano. Quando da publicação da primeira tiragem, como volume integrante da coleção “Primeiros Passos” da editora Brasiliense, o tema “poder local”, a despeito de já então debatido (mesmo que timidamente) em recintos diversos, denotava a incipiência em que se encontrava a organização política e econômica da sociedade brasileira. Hoje, transcorridas mais de duas décadas, percebemos ainda ladeados pelos contornos de um primórdio que somos tentados a crer sempiterno. Mas já é possível enxergar além e, com algum esforço, imaginar o semblante da morosa democracia tupiniquim.

Refere-se à democracia porque é a ela que se dirige o exercício do poder local na persecução do bem viver. “Habitante-cidadão”, expressão que aparece uma única vez no livro, poderia ser utilizada como referência para designar o tipo humano tencionado pelo autor: a pessoa que habita o espaço e também que nele intervém politicamente. Não se trata do sujeito passivo, cuja relação com o ambiente resume-se a adaptar-se ao que lhe foi entregue, mas do cidadão ativo, que se empenha na edificação do meio que o circunda. Sem predisposição pessoal, não há poder local. Qualquer mudança paradigmática quanto a instância social em que se decidem os rumos da vida depende da intenção de participar daqueles que se pretendem decisores. Estruturas sociais estão sempre acopladas a pessoas.

Os dez capítulos principais do livro cobrem assuntos de extrema relevância para se entender a proposta perfilhada pelo autor. Sim: embora não falem no livro retratos de experiências concretas, o poder local não é tratado pelo autor de modo imparcial, senão como moção. Os casos relatados (e são vários) reforçam os fundamentos da proposta – e portam o desígnio de aliciamento do leitor. Da mesma forma, os capítulos, conjuntamente, não apenas situam o tema como também integram um novo argumento inteligente que,



presumivelmente, tem por finalidade convencer da viabilidade e da primordialidade da proposta. Não é casual a composição da lista de leituras recomendadas em capítulo à parte, sequente ao décimo, alguns textos assinados pelo próprio autor.

Dowbor, de fato, é um entusiasta da organização social em prol da gestão coerente de recursos, e isso passa necessariamente pela democratização do sistema produtivo, tanto na governança implicada na geração quanto na distribuição de riquezas. Há pouco tempo, em 2017, quando da apresentação do seu último livro, “A era do capital improdutivo”, em espaço organizado pelo Núcleo de Estudos do Futuro na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dowbor voltou a enfatizar a imprescindibilidade de uma governança salubre, pela qual o sistema faça sentido não somente para os distintos e poucos ocupantes do topo da pirâmide, mas para a maioria. Em “O que é poder local?”, o autor dá pistas de como isso pode ocorrer.

O livro inicia-se com uma lição estrangeira, um conjunto habitacional situado em Grenoble, na França, organizado pelos seus próprios habitantes. A amostra é utilizada como ponto de partida para a conceituação de poder local, desenvolvida ao longo do capítulo primeiro. A ideia desenrola-se assente na crítica à condução irrefletida da vida. Condicionamos, em geral, a vivenciar um mundo pronto, governado pelo mercado e pelo Estado. O quadro produtivo e social em que nos instalamos é concebido como se fosse um bem natural, ao qual o que resta é adequar-se, ainda que não seja esse exatamente o meio que nos interessa. O problema em questão é o da racionalização da vida: como dar ao espaço em que existimos um sentido que nos soe sensato.

Ao poder local corresponde um espaço igualmente local, nosso reduto – o município, o bairro, o quarteirão. É esse o espaço no qual o indivíduo pode diuturnamente exercer sua cidadania. Dificilmente, um governo central ou uma grande corporação conseguirão satisfazer às necessidades particulares de uma comunidade. No capítulo segundo, o autor apresenta o pesaroso cenário constituído pelos desequilíbrios, em escalas mundial e nacional, herdados pela geração presente. Não bastassem os desafios inerentes à democracia (que não são diminutos), disfunções como a desigualdade social e a trágica conjuntura ambiental, além dos reveses que obstaculizam a construção de sociedades economicamente viáveis, tornam tudo mais difícil. Fortalecer o poder local na Suécia, país cujo painel de funcionalismo público é apontado como modelar no capítulo terceiro, não é o mesmo que o fazer no Brasil.

No capítulo terceiro, escancaram-se as limitações do neoliberalismo. Argutamente – e não sem certa dose de ironia –, o autor evidencia o distanciamento promovido por economias capitalistas da plataforma liberal. Não sem espanto, alguns leitores notarão que a base financeira pública é maior em países de alta renda. Arremata-se inferindo-se que as sociedades funcionam melhor quando a gestão dos recursos é realizada localmente. Prepare-se, então, o palco para os capítulos seguintes, “Urbanização e gestão descentralizada” e “A democracia local”, nos quais se demonstram, com fundamentos históricos e exemplos, a viabilidade e a necessidade de desenvolvimento do poder local para a efetivação de uma democracia que leve ao bem-estar social. A transição advogada tem por propósito a expansão da democracia representativa praticada nas urnas quadrienalmente para um tipo de democracia participativa e permanente.

No capítulo sexto, o autor pondera vantagens e desvantagens da descentralização. A postura adotada não é radical. Reconhecem-se, por exemplo, a relevância da economia de escala e a existência de falhas na gestão municipal do maior programa habitacional em curso no país. Dowbor não prega a substituição do poder central pelo local, mas o equilíbrio dos níveis do processo decisório. Entre argumentos apontados para uma direção e outra, resta clara, todavia, a inclinação do autor pela gestão local. A produção por organizações de menor porte, atuantes localmente, é aventada como alternativa à forma padronizada como as grandes corporações lidam com públicos variados. O propalado “O negócio é ser pequeno”, de Ernst Friedrich Schumacher, é lembrado.



O capítulo sétimo, “Buscando novos caminhos e propostas”, apresenta uma série de projetos brasileiros de fortalecimento do poder local – iniciativas, por sinal, bastante interessantes. O parágrafo final deixa subentendida a importância da Administração para a efetivação da ideia: a promoção do espaço local demanda os “instrumentos políticos, financeiros e *de gestão* correspondentes” (p. 51 da versão digital, destaque nosso). A justificação do poder local segue no capítulo oitavo, “Mercado, planejamento e outros”, sobrelevando-se, desta feita, questões estruturais ligadas ao tema. O texto inicia-se com o questionamento do conceito de mercado, espécie de censura à simplificação do pacto semântico que usualmente se estabelece em torno do conceito. Como em “A era do capital produtivo”, o problema da governança é evidenciado. Uma vez mais, o autor ressalta o papel das organizações de menor porte, a pequena e a média empresa, na efetivação do poder local, como exercitantes de contrapeso à atuação das grandes corporações e da financeirização geral da vida por elas provocada.

A subutilização de recursos dá o mote para o capítulo nono, o mais extenso do livro. Sugere-se que, para estimular a transformação social por intermédio do desenvolvimento do poder local, enfoque-se a subutilização dos recursos de que o Brasil dispõe. Itens variados são citados, como a terra, o solo urbano, a água, o material de construção, as pessoas. Não se passa pelas linhas sem se indignar com as irracionalidades que acometem o modo como se tem gerido o uso dos recursos no Brasil. O potencial de regulação pelo mercado é, fundamentadamente, desmerecido. A passividade do espaço local é apresentada como um risco, ao qual corresponde o perigo de que o município seja ordenado em função dos interesses de uma minoria ou de agentes patronos de interesses externos. É nesse sentido que Dowbor afirma serem inseparáveis descentralização e democratização. A situação no Brasil é agravada pelo legado constituído por uma máquina financeira altamente centralizada, ancorada no oligopólio formado por alguns poucos bancos.

O capítulo décimo, “Organizar a participação”, aborda como arquitetar a presença do cidadão nos processos decisórios processados no espaço local. Embora se assuma não haver um modelo para a organização da ação comunitária, o autor difunde diretrizes que viabilizam a participação. Como em outras passagens do livro, também neste capítulo final, vem-nos à memória a teoria habermasiana da ação comunicativa (apresentada em dois volumes no início da década de 1980). Para Dowbor, como para Habermas, a democracia é um bem dileto. No livro, sua construção promiscui-se com o aperfeiçoamento do poder local. Ao modo habermasiano, no terceiro parágrafo do capítulo, refere-se ao poder local como “sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado” (p. 91 da versão digital). Da mesma forma, ao longo de todo o livro, contrapõe-se à racionalização do espaço local a centralização estatal e a oligopolização da economia. Não há como deixar de lembrar o fenômeno cognominado “colonização do mundo da vida”, sobre o qual Habermas discorre em sua obra magna.

Tanto para pesquisadores quanto para operadores da área de gestão, o livro é sobremaneira aconselhável. A proposta veiculada faz frente a vicissitudes multifárias, para as quais se têm ofertado expedientes pouco ou nada eficazes. Na contramão do percurso traçado rumo à civilização, muitas sociedades, entre as quais a brasileira, têm presenciado o robustecimento de infortúnios graves, como a exclusão e a desigualdade social. “O que é poder local?” representa, nesse contexto, um ato de sensibilidade pelo qual se proveem opções estruturantes para a consecução de um mundo mais racional para as pessoas que dele tomam parte. A atualização da versão é relevante, especialmente porque, seguindo o estilo dowborniano, os argumentos são amparados em dados concretos, muitos dos quais sofreram alterações. Deixando de lado bandeiras ideológicas, Dowbor, outra vez, manifesta-se muito próximo dos fatos. A arguição respaldada, não de hoje, constitui marca sua.

Ressalte-se, por fim, a importante atribuição conferida às organizações de menor porte no plano ostentado no livro. É inexequível conceber a promoção do poder local prescindindo-se da atuação de empresas locais. Em momentos variados, o autor faz referência a pequenas empresas, pequenos produtores, pequena escala, pequenos proprietários, pequenos projetos – na tentativa de revelar que a atomização da gestão dos recursos, a despeito de desalojada da tradição econômica vigente, consiste em uma forma muito mais propícia para a satisfação dos interesses da pessoa humana. Na esteira da argumentação constituinte do eixo temático do livro, pode-se afirmar que as organizações de menor porte são atores deveras importantes no processo de consolidação da democracia. Nunca foi, aliás, incomum deparar-se com a dialética de, no pequeno, descobrir o grande. Talvez seja essa a principal reflexão a que o livro nos conduz.